

* 9 ABR 1991

Dívida Externa

ESTADO DE SÃO PAULO

Brasil fecha acordo

Ó C I O S □

sobre juros atrasados

Governo pagará até o final deste ano US\$ 2 bilhões aos bancos credores

BRASILIA — O Brasil vai pagar US\$ 2 bilhões até o final do ano e transformar em bônus com prazo de dez anos cerca de US\$ 6,5 bilhões dos juros da dívida externa que estavam com pagamento atrasado desde julho de 89. Esses são os pontos principais de um "acordo de princípios" para o pagamento dos juros em atraso até 31 de dezembro de 1990, que o governo brasileiro anunciou ontem, em Brasília e em Nova York. Ainda sujeito à homologação do Senado Federal, o acordo é o primeiro entendimento com os credores privados firmado pelo governo Collor.

Os números definidos ontem em Nova York representam o consenso a que chegaram as duas partes depois de quase seis meses de negociação. O governo brasileiro queria, no começo da conversação, pagar em dinheiro apenas 10% dos atrasados — cerca de US\$ 850 milhões —, enquanto os bancos exigiam 35%, ou quase US\$ 3 bilhões. O acordo foi fechado em torno de um pagamento de 25%, até o limite máximo de US\$ 2 bilhões (o

total dos atrasados, estimado em US\$ 8,5 bilhões, precisa ser recalculado).

O ministro interino da Economia, João Maia, disse ontem que o acordo é importante por abrir caminho para a renegociação global da dívida de médio e longo prazos, e por incorporar algumas características novas em entendimentos sobre a dívida externa. Os bônus que o Brasil lançará, por exemplo, terão opções de taxas de juros fixas nos três primeiros anos, ou de taxas variáveis, dentro de limites máximos e mínimos.

O acordo já estava esboçado desde a semana passada, informam assessores da ministra da Economia. Mas somente às 11 horas da manhã de ontem os últimos quatro dos 22 bancos integrantes do comitê assessor comunicaram sua adesão. O Brasil vai começar a pôr em dia os juros atrasados desembolsando cerca de US\$ 900 milhões, equivalentes a 45% dos US\$ 2 bilhões que serão pagos em dinheiro até o final do ano.

Os US\$ 1,1 bilhão restantes serão pagos em seguida, em parcelas mensais e iguais, até dezembro. Enquanto isso, o embaixador Jório Dauster e o comitê assessor voltam a se encontrar para discutir o acordo sobre a dívida de médio e longo prazos do setor pú-

blico — outros US\$ 52 bilhões, que compõem a maior parcela da dívida externa brasileira. A assinatura de um protocolo sobre a renegociação desses US\$ 52 bilhões dará o sinal verde para a emissão dos bônus que cobrirão a segunda parte dos juros em atraso, equivalente aos US\$ 6,5 bilhões que restariam, dependendo ainda do cálculo final.

Os bônus terão prazo de dez anos, com carência de três, e um cronograma de amortizações crescentes, que prevê o pagamento de apenas 1% do devido nos três primeiros semestres, chegando até pagamentos de 12,3% do total nos cinco últimos semestres. Para os juros, os bancos podem escolher entre as duas opções: na primeira, receberão taxas fixas nos três primeiros anos, de 7,8125% no primeiro, 8,375% no segundo e 8,75% no terceiro. Daí em diante, a taxa será variável, equivalente à Libor (taxa interbancária do mercado de Londres) de seis meses, mais um spread de 0,8125%. A segunda opção prevê taxas variáveis desde o primeiro ano, com o mesmo spread, mas sujeitas a limites variáveis nos cinco primeiros anos. O piso seria sempre de 6% nos três anos.